

# “Há disposição para negociar”

por Jane Filipon  
de Porto Alegre.

A solução dos graves problemas econômicos de dívida externa, inflação e desemprego não acontecerá, no País, sem sacrifícios do povo brasileiro, na opinião do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Octávio Vieira. “Todas estas questões econômicas estão muito interligadas, e buscar soluções de forma isolada é impossível”, emendou Vieira. O industrial gaúcho, no entanto, acredita que se uma negociação no campo político obtiver êxito, o Brasil poderá viver um novo momento em termos econômicos. “Eu continuo bastante preocupado com a situação que o País atraíssava, mas estava bem mais antes de conhecer a emenda do presidente João Figueiredo, que considero bastante ampla. Como ficou bem claro em sua mensagem na segunda-feira, existe uma disposição de negociar.”

## DÍVIDA

A união do povo em torno das eleições diretas poderá, em futuro bem próximo, alcançar a mesma força de pressão para que o País venha a pedir, também, uma renegociação ampla da dívida externa brasileira, segundo entende o presidente da FIERGS. Para ele, a disposição do presidente da República em negociar abre perspectivas para a escolha de um futuro governante com o respaldo popular. “Sou favorável às eleições diretas já, mas, se os congressistas entenderem que ceder neste ponto possa representar um avanço em outros aspectos sérios da economia, talvez a posição mais correta seja transigir.”

A própria negociação da dívida externa sempre será mais fácil, no entender de Vieira, na medida em que o presidente da Nação tenha o apoio nacional. “O respeito popular, o aval das oposições e do próprio partido do governo são fundamentais para qualquer passo que se pretenda dar, mesmo que represente mais sacrifícios.” Ele admite que uma negociação política ampla requer extrema habilidade.

“Há pontos delicados neste processo todo, e não devemos desconhecer que o País não superará suas dificuldades sem traumas.”

O economista e conselheiro do Conselho Regional dos Economistas, Rudi

Braatz, também acha difícil eleger como prioritário apenas o conforto econômico interno. “Claro que sabemos ser a dívida interna talvez mais grave que a externa, pois ela exige controle na expansão monetária, gera inflação, mas não são questões isoladas.”

Braatz acha que a emenda João Figueiredo avança bastante em termos de redistribuição de renda aos estados e municípios. Embora esta inclusão seja deliberada — pois, com isto, quer o governo obter do PDS um apoio mais amplo à sua proposição de reforma —, haverá alguma repercussão econômica. “Sei que as eleições diretas já são importantes, porque

qualquer negociação externa terá mais êxito por parte de um governo com respaldo popular”, explicou.

Braatz e Vieira concordam, também, em outro ponto: os superávits mensais da balança comercial são alcançados através de sacrifícios. Os produtos exportados pelo Brasil carregam perdas reais de salário dos trabalhadores e os preços médios conseguidos pelas mercadorias são cada vez mais baixos. De um lado, segundo eles, há uma retomada no nível de emprego, setorialmente. Mas Braatz acha que a alavancagem é pequena e incapaz de provocar, por exemplo, uma reativação duradoura na economia brasileira.